

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS
(Definem Controles Sistêmicos)

Contabilidade Gerencial que incorpora todos os Princípios Contábeis, bem como todos os Pronunciamentos Contábeis – IFRS - e – IFAC - na implantação e os que ocorrem futuramente.

E OS

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Contabilidade Tradicional que utiliza TI- ERP's. Legados e Parceiros – e sem consistência com os Princípios Contábeis e os Contadores definem os Pronunciamentos Contábeis, caso a caso – IFRS – IFAC .

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC –, pela Resolução nº s/n, publicada em 04.10.2016 OPTOU, a partir de 2017, pelos Pronunciamentos Contábeis – IFAC - para o Setor Público que utiliza a Contabilidade Tradicional que não garante o controle sistêmico: físico, financeiro, patrimonial e econômico.

Esta Contabilidade Tradicional contraria a Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000, Artigo 48, § 1º, Inciso III e o Decreto nº 10.540 de 05.11.2020 que referem à transparência da Gestão Fiscal, de todos os ENTES Federativos, em relação à adoção de Sistema Único e Integrado da Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC – com base no Pronunciamento Contábil Básico – R 1 – CVM - editou a Resolução – CFC - nº 1.374 de 08.12.2011 que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – IFRS – Setor Privado.

Nacional e Mundialmente, as empresas são cativas da TI – ERP, Legados e Parceiros e, sem saber, utilizam a Contabilidade Tradicional, no Setor Público e nas Empresas Privadas.

Pedro Schubert ¹

Rio de Janeiro, maio de 2023

1-Administrador, Autor, Professor –FGV-Rio Mestrado, Perito Judicial –TJ-RJ e Varas Federais. Contador. Membro da Comissão Especial de Perícia Judicial, Extrajudicial e Administração Judicial – CEPAJ – do Conselho Federal de Administração – CFA.

ÍNDICE

- 1 – O Sistema Integrado de Gestão mostra a nítida distinção entre a Contabilidade Tradicional e a Contabilidade Gerencial
- 2 – Entidades Internacionais Emissoras de Normas Contábeis
- 3 – Nossa Posição
 - 3.1 – A Contabilidade Está Defasada, Do Ensino À Sua Aplicação
 - 3.2 – Pronunciamentos Contábeis Serão Universalizados
 - 3.3 – O Balanço Patrimonial de Empresas Abertas e Fechadas
 - 3.4 – Contabilidade de Custo
 - 3.5 – Contabilidade Gerencial – Utiliza o Sistema Integrado de Gestão
 - 3.6 – Este Sistema Integrado de Gestão ... Obrigatoriamente Implanta o Regime de Competência
 - 3.6.1 -Na Apuração do Resultado Operacional
 - 3.6.1.1 -Nas Operações Financeiras de Empréstimos e Financiamentos
 - 3.6.2- Nas Operações de Investimentos
 - 3.6.3- Na Implantação de Projetos
 - 3.6.4- Nas Operações de Investimentos – Participações em Outras Sociedades
 - 3.6.5- Nas Operações do Ativo Imobilizado
 - 3.7 – Este Sistema Integrado de Gestão Tem o Sistema Integrado de Orçamento Empresarial- SIOE
- 3.8 – Com Base Em Video da Internet Arquivado Em Documento
- 4 – Contabilidade Gerencial
- 5 – Do Livro Contabilidade Gerencial
 - 5.1 – Capa do Livro
 - 5.2 – Universo da Contabilidade Gerencial
- 6 – Professores e Contadores: Nacional e Mundialmente, são Cativos da TI-ERP, Legados e Parceiros
 - 6.1 – Consultem o site www.periciajudicial.adm.br
 - 6.2 – Destaco Destas 4 Teses a TESE DE DOUTORADO – USP – 2.010-Cláudio de Souza Miranda
- 7 – DESTACO, AGORA DA TESE – Livre Docência – USP - 2001 – Efeito da TI na Contabilidade – Implantação do Sistema Integrado – ERP. Edson Luiz Riccio.

7.1 – Trata-se de Levantamento Histórico da Origem e da Evolução do Sistema ERP no mundo

8– E Para Finalizar: O Estado- (União, Estados, D.F. e Municípios)- é uma Entidade

Jurídica de Direito Público Que Administra As Riquezas da Nação Para Os Seus Cidadãos

9 – Adoção Dos Princípios Contábeis

1 – O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

Composto dos:

-Sistema Integrado de Orçamento - SIOE

-Sistema Integrado de Contabilidade, Custo e Tesouraria – SICCT

-Sistema Integrado de Custo – SIC

Mostra a nítida distinção entre a:

Contabilidade Tradicional - Não Apura Custos

[**É dominada pela ditadura das TI's (ERP's, Legados e Parceiros, BPM, BI). Não registra os negócios da empresa e, em consequência, não oferece a TRANSPARÊNCIA]**

e a

Contabilidade Gerencial – Apura Custos de Produção, por Embalagem Produzida.

**Apura Custos de Vendas, por Área de Vendas, por
Embalagem Vendida**

[**Observa a integração definida pela Administração – (Níveis Estratégico, Gerencial e Operacional) – e utiliza o Sistema Integrado de Gestão, com a geração de Relatórios Gerenciais e, em consequência, oferece a TRANSPARÊNCIA e atende ao Padrão Internacional da Contabilidade – IFRS]**

Essa Contabilidade Gerencial acolhe os Princípios Contábeis e registra, contabilmente, a individualidade de cada ATO e de cada FATO e, em cada registro contábil, acolhe os Pronunciamentos Contábeis já aprovados e por aprovar.

Este Sistema Integrado de Gestão que gera a Contabilidade Gerencial, tem os mesmos fundamentos para a Contabilidade nas Empresas Privadas e para a Contabilidade no Setor Público (Contabilidade Governamental).

A Contabilidade Gerencial atende, plenamente, ao PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ao dispor, continuamente, os Relatórios Gerenciais aos Níveis Estratégico, Gerencial e Operacional, para análise e Tomada de Decisões.

O objetivo da Contabilidade é ser o veículo de comunicação **ENTRE a Entidade** [(União, Estados, D. F e Municípios) e os cidadãos na Contabilidade Governamental] **e os Gestores, Acionistas Fundadores, Credores, Mercado de Capitais**, bem como a Receita Federal e assim, temos a TRANSPARÊNCIA.

2 – ENTIDADES INTERNACIONAIS EMISSORAS DE NORMAS CONTÁBEIS

Órgãos Regulamentadores ²

Este resumo, a seguir, tem objetivo histórico:

2.1 – AICPA – American Institute of Certified Public Accountants (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados)

De 1938 a 1953, o Comitê de Procedimentos Contábeis do AICPA publicou 42 boletins sobre Pesquisas Contábeis (ARB – Accounting Research Bulletins) que, em 1953 foram revisados e reunidos em um só pronunciamento de no 43.

Até 1959 foram emitidos oito pronunciamentos, encerrando a série com o número 51.

2.2 – APB – Accounting Principles Board (Junta de Princípios Contábeis)

A partir de 1959 a Junta de Princípios Contábeis passou a emitir pronunciamentos sobre princípios contábeis, em substituição ao AICPA.

De 1959 até 1973 foram emitidas 31 opiniões, conhecidas como APB Opinion, indo até 31.12.1998.

2.3 – FASB – Financial Accounting Standards Board - FASB (Junta de Normas de Contabilidade Financeira)

Em 01.06.1973 foi criada a FASB, composta de 7 membros indicados por uma Junta de Curadores (indicados pela AICPA) para a prestação de serviços em tempo integral. A FASB é um órgão independente, reconhecido pelo principal órgão que regulamenta o mercado americano de capitais – (SEC – Securities and Exchange Commission), com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis (prefiro: Conceito, Normas e Procedimentos).

Até 31 de dezembro de 1998, a FASB havia emitido 134 Pronunciamentos sobre Normas Contábeis Financeiras (SFAS – Statements of Financial Accounting Standards), conhecida simplesmente como FAS.

2.4 – ASEC – Accounting Standards Executive Committee (Comitê Executivo de Normas Contábeis)

Corpo técnico do AICPA designado para determinar as políticas da profissão relativas às normas contábeis e apresentação de demonstrações contábeis. Emite: SOP – Statement of Position. Na falta de pronunciamentos da FASB, é considerado “o melhor pensamento da profissão contábil sobre determinados assuntos”.

Tem o objetivo de influenciar o desenvolvimento de normas contábeis consideradas de interesse público, além de esclarecer princípios e práticas contábeis contidas nas normas de contabilidade e auditoria da AICPA.

2.5 – SEC-Securities and Exchange Commission (Comissão de Valores Mobiliários E Câmbio)

Órgão responsável pela regulamentação do mercado americano de capitais e definição dos métodos aplicáveis à preparação de demonstrações contábeis e relatórios periódicos obrigatórios para as companhias abertas.

Tem o objetivo principal de assegurar aos investidores, principalmente minoritários, acesso às informações corretas e completas, necessárias à tomada de decisões.

Comentamos: Só o Sistema Integrado de Gestão composto de:

SIOE – Sistema Integrado de Orçamento Empresarial

SICCT – Sistema Integrado de Contabilidade, Custo e Tesouraria

SIC – Sistema Integrado de Custo.

“Gera a Contabilidade Gerencial e assegura aos credores, investidores, acionistas, gestores informações corretas e completas, necessárias à tomada de decisões”. Temos a TRANSPARÊNCIA .

2.6 – IASB – International Accounting Standards Board

Foi fundado em 01.04.2001. Até 2000 era conhecido como IASC – International Accounting Standards Committee.

É uma organização internacional sem fins lucrativos que publica e atualiza a International Financial Reporting Standards – **IFRS** – ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros.

Ela já existia sob o nome – IASC – mas só a partir de 1973 que passou a ter capacidade para coordenar um movimento de mudanças, no aspecto contábil, no nível mundial.

A sua sede é em Londres e conta com a experiência de mais de 140 diferentes entidades profissionais da contabilidade, ao redor do mundo, inclusive o Brasil.

Reúne membros de nove países com o objetivo de fixar padrões internacionais de contabilidade. É a entidade que emite os IFRS, padrão contábil adotado pelo Brasil.

Em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - foi criado no Brasil que tem como base, as IFRS, conforme Resolução CFC nº 1.055 de 07.12.2005

Ver neste site na Trilha : Contabilidade Gerencial / Comitê de Pronunciamentos Contábeis

- **FIPECAFI – Membros do CPC** - **Origem do CPC**

-

- **Resolução CFC nº1.055 de 07.12.2005**

Em Janeiro de 2012, este IASB e seu par norte americano FASB – Financial Accounting Standards Board, oficializaram a intenção de convergir para um tratamento contábil comum para os ativos financeiros.

Estas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – **IFRS** – surgiram a partir da globalização das empresas e também, dos investidores, indicando uma necessidade global de informações padronizadas para análises de investimentos – (texto da internet).

Ver no site: www.perciajudicial.adm.br :

Contabilidade Gerencial / A Origem da IFRS

Comentamos: Os reflexos destas IFRS's estão presentes na Lei 6.404 de

15.12.1976, no Capítulo XV – Exercício Social e Demonstrações

Financeiras, nos artigos 176 a 188, pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

Estes refinamentos, bem como modificações de acréscimos ou de cancelamentos com ou sem Lei, são sistêmicas no Sistema Integrado de Gestão. Este Sistema Integrado de Gestão, com prévia aprovação da Direção, é ajustável continuamente, com consistência. Registra a individualidade de cada documento (ATO, FATO) e implanta a Trama Contábil (Pronunciamento Contábil) relativa à cada documento.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC – acolhe estas Normas da IASB através de Normas Brasileiras de Contabilidade :

PARA EMPRESAS PRIVADAS

A Resolução CFC nº 1.374 de 08.12.2011 dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro, tendo em vista a edição do Pronunciamento Contábil Básico (R1) – CVM – pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tem por base The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book).

Ver neste site na Trilha : Contabilidade Gerencial / Resolução do CFC /

Resolução nº 1.374 de 08.12.2011

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

Mundialmente a Contabilidade caminha para a unanimidade. Todavia, esta Contabilidade, mundialmente, é cativa da TI – ERP, Legados e Parceiros – que reúne, pelo seu uso, incorporando Aplicativos, sem quaisquer concepções sistêmicas tendo, nas suas implantações, a necessidade de customizações (adaptações) onerosas e casuísticas e só conseguindo a Contabilidade Tradicional, sendo conhecida como “Queixo Duro”

2.7 – IFAC – International Federation of Accountants (texto da internet) - (Federação Internacional de Contadores)

Fundada em 07.10.1977, com sede em Nova York. É uma organização intergovernamental. Está em 130 países com 175 Membros representando mais de 3 milhões de Contadores empregados no serviço público, indústria e comércio. É uma organização global para o profissional da contabilidade e da auditoria. Tem por objetivo o desenvolvimento, a adoção, a implementação de padrões internacionais para o ensino contábil do setor público, ética, bem como Auditoria – Seguros. Edita também normas para encorajar o elevado desempenho para os contadores de pequenas e médias empresas. As atividades da IFAC abrangem o interesse público – Public Interest Oversight Board – PIOB – estabelecidas em fevereiro de 2005.

Ver no site www.periciajudicial.adm.br

na TRILHA: Contabilidade Gerencial / A Origem da IFAC

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC – acolhe estas Normas da IFAC através das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – (NBC – TSP).

SETOR PÚBLICO

Destacamos do Comunicado do CFC :

“Instrumento fundamental do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) ao padrão internacional, editado pela IFAC, foi publicada no dia 04.10.2016..

Até o final de 2016 serão publicadas as primeiras cinco NBC TSP convergidas, produzindo efeito a partir de 2017”.

A Norma ESTRUTURA CONCEITUAL (NBC – TSP – EC) foi publicada pelo CFC no dia 04.10.2016.

Esta NBC – TSP – EC s/n é de 23.09.2016 e publicada em 04.10 2016, REVOGOU as Resoluções do CFC que aprovaram as normas aplicáveis ao Setor Público – NBC T.16.1 a 16.5, parte da NBC T.16.6 – e ainda a Resolução no 750/1993 que dispõe sobre os Princípios Contábeis e a Resolução no 1.111/2007 que trata da interpretação dos princípios sob a perspectiva da área pública.

Importante : Ver no Google : CRC RS NBC TSP EC de 23.09.2016 e escolha :

Normas Brasileiras de Contabilidade-CRC RS. Terá informações atualizadas até

Julho de 2019.

Comentamos : 1 –A Contabilidade Governamental registra A RECEITA pelo Regime de Caixa e AS DESPESAS pelo Regime de Competência e, com este procedimento, não implanta controles.

2 – Esta Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23.09.2016 – aprova a ESTRUTURA CONCEITUAL para a ELABORAÇÃO e DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

2.1 – Para atender a demanda desta Estrutura Conceitual é fundamental, de início, aplicar TODOS os Princípios Contábeis que estão contidos no Sistema Integrado de Gestão, desenvolvido para atender o Setor Público (Contabilidade Governamental).

2.1.1 – É a Contabilidade Gerencial no Setor Público.

3 –Só com esta NBC TSP –JAMAIS será elaborado o Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público–8.1 a 8.64 - RCPGs

4 –Esta NORMA não assegura os Princípios Contábeis na Contabilidade Governamental.

Ver neste site na Trilha : Contabilidade Gerencial / Origem da IFAC/

Normas Contábeis – 23.09.2016 – NBC TSP Setor Público

Importante: 1 – As Instituições de 2.1 a 2.7 têm o foco nas individualidades das TRAMAS CONTÁBEIS através de seus Pronunciamentos Contábeis. Nada há a opor.

E nesta ordem de raciocínio que o Conselho Federal de Contabilidade– CFC aborda a Contabilidade Governamental.

Com esta posição, a Contabilidade não aplica os Princípios Contábeis e destaque, o Princípio da Entidade e o Princípio da Competência.

Pode até aplicar os demais Princípios. Nesta consistência, a Contabilidade Governamental NÃO TEM CONTROLES.

2 – A contabilidade das empresas privadas é cativa da TI –ERP, Legados e Parceiros e, com esta TI, só temos a Contabilidade Tradicional e, em consequência, não há controle sistêmico, a partir da não aplicação do Princípio da Competência.

3 – Só com a implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Entidades do Setor Público e, sob a regência da legislação :

3.1 – Ver a Lei Complementar 101 de 04.05.2.000, Artigo 48, § 1º Inciso III Adoção do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle.

3.2 – Ver **Decreto 10.540 de 05.11.2020**: dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do **Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC**- teremos a Contabilidade Gerencial.

2.8 – USGAAP – United States Generally Accepted Accounting Principles (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América)

Basicamente, os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil são os mesmos Dos Estados Unidos – USA.

Apresentamos, a seguir, os Princípios Fundamentais da Contabilidade adotados no Brasil de acordo com as normas do IBRACON – Instituto Brasileiro dos Contadores e da CVM – Comissão de Valores Mobiliários :

Entidade

Continuidade

Custo como base de valor

Declaração de receita

Comprovação da despesa

Denominador comum monetário

Objetividade

Conservadorismo

Relevância

Competência

Comentamos: Estes Princípios Contábeis mantêm-se válidos e aplicáveis na Contabilidade Tradicional que é gerida, Nacional e Mundialmente, pela utilização das TI's (ERP's, Legados e Parceiros, BPM, BI).

Na Contabilidade Gerencial que utiliza o Sistema Integrado de Gestão, a sua concepção exige, na sua implantação, a incorporação dos Princípios Contábeis especialmente os Princípios da Entidade e da Competência e assegura, a quaisquer investidores, credores, gestores, acionistas fundadores, acesso imediato às informações, corretas e completas, necessárias à tomada de decisões.

Comento: Hierarquicamente, Princípios comandam Normas. A Contabilidade, especialmente sem o Princípio da Competência fica, sistemicamente, sem controle. À verificar, mas vide Resolução 1.111/2007 do CFC. **Só com a implantação do Sistema Integrado de Gestão nas empresas privadas, em consonância com a Resolução CFC nº 1.374 de 08.12.2011 teremos a Contabilidade Gerencial**

3 – NOSSA POSIÇÃO

3.1 - A Contabilidade está defasada, do ensino à sua aplicação.

Ver no site: www.perciajudicial.adm.br :

1 - Contabilidade Gerencial / Teses - Dissertações

onde 4 Teses publicadas – entre 2001 a 2010 – analisam, com competência e profundidade, o uso da Contabilidade, Nacional e Mundialmente e ver também:

2 - Perícia Judicial 2 / Dissertações e Teses / Ensino da Contabilidade no Brasil–Valcemiro Nossa – USP – 1999

Esta Contabilidade que denominamos de Contabilidade Tradicional, mundialmente, está atrelada à TI – ERP's, Legados e Parceiros, BPM, BI.

E esta tecnologia só permite produzir a Contabilidade Tradicional.

Esta Contabilidade Tradicional tem dificuldades em absorver os Princípios Contábeis. Os Pronunciamentos Contábeis são definidos, caso a caso, à medida que ocorrem os Lançamentos Contábeis.

O Sistema Integrado de Gestão é composto de:

- Sistema Integrado de Orçamento Empresarial – SIOE**
- Sistema Integrado de Contabilidade, Custo e Tesouraria – SICCT**
- Sistema Integrado de Custo – SIC**

Pelos seus Conceito, Concepção Sistêmica, Princípios Contábeis, Método, implanta os Princípios da Contabilidade e exige, em cada registro contábil, todas as contas de débito e, em contra partida, todas as contas de créditos que são os Pronunciamentos Contábeis que, ocorrem na implantação do Sistema

Integrado de Gestão e, durante o seu uso e de modo contínuo, são incorporadas, à medida que ocorrem novas Tramas Contábeis.

**Ver no site: www.bmainformatica.com.br - na opção Contabilidade Governamental,-
o Artigo - Contabilidade Governamental – 2018 : Os Princípios da Contabilidade,
conforme o livro ANÁLISE FINANCEIRA DAS EMPRESAS –
Autor Jose Pereira da Silva – Editora Atlas – São Paulo – 1988.**

3.2 - Pronunciamentos Contábeis Serão Universalizados

Em janeiro de 2012 o ISAB – que emite os IFRS e o FASB – que emite os FAS oficializaram a intenção de converter para um tratamento contábil comum para os ativos financeiros.

Devemos convergir para o Sistema Integrado de Gestão que GERA a Contabilidade Gerencial e, pacificando os Pronunciamentos Contábeis que devem ser separados em:

- Procedimentos Contábeis para Empresas Privadas - IFRS
- Procedimentos Contábeis para o Setor Público (Contabilidade Governamental) -IFAC

Especialmente nas Empresas Privadas – nas Holding e nas Matrizes e Filiais – nacional e mundialmente, - esta harmonização é pacífica e este Sistema Integrado de Gestão que é – ÁGIL, FLEXÍVEL e DINÂMICO – ajusta -se, continuamente, aos Pronunciamentos Contábeis emitidos e os que virão e atendendo :

- os gestores
- os acionistas fundadores
- o mercado de capitais – balcão / bolsa
- os credores – mercado financeiro

E, até de modo individual, no aspecto financeiro e econômico– fluxo de caixa, balanços - e a Receita Federal

E para o Fisco, o Sistema Integrado de Custo – SIC, após atender aos interessados acima, GERA a Demonstração do Resultado de Exercício, conforme as suas regras.

Para a Contabilidade Governamental é preciso incorporar os Princípios Contábeis

3.3 - O Balanço Patrimonial de Empresas Abertas e Fechadas

A sua informação é disputada:

- pelos acionistas fundadores
- pelos credores – mercado financeiro
- pelo mercado de capitais – balcão / bolsa
- pelo Imposto de Renda

Este Balanço Patrimonial, atualmente, nacional e mundialmente, é elaborado pelo que denominamos de :**Contabilidade Tradicional – É cativa da TI – ERP, Legados e Parceiros.**

Esta Contabilidade pode ser registrada pelo:

- Regime de Competência
- Regime de Caixa ou concomitante.

O seu Balanço Patrimonial atende ao acionista fundador e pode adaptar o balanço para o mercado financeiro e, provavelmente, não chega ao mercado de capitais e se entende com o Imposto de Renda.

Entretanto, nacional e mundialmente, esta TI, em Parceiros, agrega Aplicativos de:

Contas a Receber, Contas a Pagar, Estoque, Logística, Fluxo de Caixa e, para a Contabilidade Geral, totaliza o consumo da produção – matérias primas, embalagens e demais e a Contabilidade Geral, pelos totais, fornece para Custos e credita aos itens de Estoque.

3.4 - Contabilidade de Custo

De modo separado (extra contábil), um especialista em custo, no mês seguinte, apura o custo de produção, recebendo os valores globais da Contabilidade Geral referentes ao consumo de matérias primas, etc., bem como os valores globais da folha de pagamento, das despesas administrativas, da depreciação, referentes ao mês vencido.

Este especialista em custos, conhecedor do processo de produção, rateia estes valores globais por Linha de Produção e nesta, por Centro de Custo, Por Produto Fabricado, por Embalagem e aloca, extra-contábil, estes Custos de Produção, por Embalagem Produzida Este documento de custo, elaborado manualmente, tem que estar pronto até dia 5 do mês

seguinte e enviado para o Departamento de Planejamento (DP) que prepara o relatório até o dia 10 para ser enviado aos acionistas que estão no exterior.

Importante: Este é o relato de Consultoria realizada em uma empresa brasileira que tem 1/3 de seu capital pertencente ao investidor estrangeiro.

É isto que a TI – ERP, Legados e Parceiros - oferece para a Área Contábil.

Nenhuma TRANSPARÊNCIA.

3.5 -Contabilidade Gerencial – Utiliza o Sistema Integrado de Gestão composto de:

- Sistema Integrado de Orçamento Empresarial – SIOE

- Sistema Integrado de Contabilidade, Custo e Tesouraria – SICCT

- Sistema Integrado de Custo – SIC.

De início, implanta os Princípios:

- Da Entidade

- Da Competência

E, pelos seus Relatórios Gerencias:

-Da Transparência

Assim, obrigatoriamente, TODOS os ATOS e TODOS os FATOS da Empresa estarão registrados contabilmente.

A Contabilidade Gerencial permite registrar a individualidade de cada ATO, bem como de cada FATO, incorporando os Pronunciamentos Contábeis já existentes, os que sofrem ajustes e os que vierem a ser aprovados.

Este Sistema Integrado de Gestão é composto de MÓDULOS, no total de 28 MÓDULOS.

Ver no site www.bmainformatica.com.br : na opção: MÓDULOS DO SICCT

3.6 – Este Sistema Integrado de Gestão, pelo Sistema Integrado de Contabilidade,Custo e Tesouraria, obrigatoriamente e, de modo automático, implanta o Regime da Competência:

3.6.1 - Na Apuração do Resultado Operacional.

Todas as contas são provisionadas – Receitas e Despesas – e desde modo, os Resultados Econômicos serão refletidos nas Demonstrações do Resultados e os Resultados Financeiros serão refletidos nas Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Para os Grupos de Contas de Custos e de Despesas é utilizado o Sistema Integrado

De Custo – SIC–que está capacitado para apurar os Custos de Produção e os Custos de

Vendas, de Marketing, Administrativos para atender os gestores, acionistas fundadores, credores, mercado de capitais e, por fim, a Receita Federal.

Na Contabilidade do Serviço Público este Sistema Integrado de Custo – SIC - está incorporada ao SIAFIC, conforme a Lei Complementar 131 de 27.05.2009, pelo seu Artigo 48, § 1º, Inciso III e pelo Artigo 50, bem como o Decreto nº 10.540 de 05.11.2020.

3.6.2 – Nas Operações em Investimentos :

No Balanço Patrimonial, em TRÊS Títulos, dois:

- Realizável a Longo Prazo.

- Passivo Não Circulante.

registram a movimentação de recursos financeiros, com finalidades operacionais.

- Em Investimentos – Direitos de Qualquer Natureza não destina à atividade operacional da empresa.

No Realizável a Longo Prazo temos:

- Adiantamentos ou Empréstimos à Controladas e Coligadas.

- Outros Empréstimos

Neste dois Título são utilizados os:

- Módulo de Empréstimos e Financiamentos Concedidos.

- Módulo de Adiantamentos de Recursos Concedidos.

No Passivo Não Circulante são utilizados os Módulos de:

- Empréstimos e Financiamentos Tomados.

- Adiantamentos de Recursos – Recebidos.

- Arrendamento Mercantil.

- Financiamento do Capital de Giro.

Em Investimentos:

- Direitos de Qualquer Natureza.

Aqui, neste Título Contábil, nas empresas privadas, podem ter dois campos de aplicações de seus recursos financeiros em:

- **CNPJ's com objetivos comerciais específicos:** industriais, serviços e outros que decidem aplicar seus excessos de caixa em aplicações financeiras em AÇÕES oferecidas pelo mercado de capitais - Balcão e Bolsa.

Obs.: Aqui, os Pronunciamentos Contábeis devem focar nos acompanhamentos de: recebimentos de Dividendos, Bonificações, desempenho das quotações dos valores das Ações.

- **CNPJ's só para aplicações dos excessos de Caixa no mercado financeiro.**

Para ambos, as mesmas regras para a seleção e aplicação em cada Título que podem ser Títulos de Renda Fixa e Títulos de Renda Variáveis – Ações.

Aqui atuam o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e o IASP – com o IFRS – editando os Pronunciamentos Contábeis.

Procedimentos:

1-Para selecionar os títulos emitidos pelo mercado financeiro, podendo ser:
Títulos de Renda Fixa e de Renda Variável.

Uma Sugestão Ampla

As Entidades citadas no artigo 2º da Resolução CFC no 1.567 de 16.05.2019 e de suas revisões futuras deverão nomear, entre elas, **um Grupo de Trabalho** para analisar cada Título lançado no mercado financeiro, de cada entidade regularmente registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM – Bancos, Bolsas e Balcão.

O objetivo desta Seleção refere-se à regularidade legais e idoneidade de cada entidade emissora ou seja, relacionada à Riscos; não analisa a rentabilidade de cada título.

Com fundamento nas características de cada TIPO de TÍTULO selecionado por este **Grupo de Trabalho**, o Conselho Federal de Contabilidade–CFC–e o IASB emitem os seus Pronunciamentos Contábeis podendo até definir TRAMAS CONTÁBEIS básicas, em harmonia com os Módulos do Sistema Integrado de Gestão, aqui destacados.

Estas Tramas Contábeis, por Título, poderão ser registradas no Módulo de Investimentos em DIREITOS DE QUALQUER NATUREZA e, quando o Título for selecionado para aplicação, automaticamente, o Sistema Integrado de Gestão disponibiliza as TRAMAS CONTÁBEIS.

Uma Sugestão Específica

Com base no Documento interno da empresa “**Nível de Competência e Delegação de Autoridade**”:

Podendo ter, **uma Comissão**, com duas opções:

- 1 – A partir dos Títulos Selecionados na sugestão anterior.
- 2 – Não utilizar esta Seleção anterior e, cada empresa, fazer, previamente, a Seleção de Títulos emitido pelo mercado financeiro relacionados à Riscos.

Então, temos:

1 – Com base no Documento “Nível de Competência e Delegação de Autoridade”

O Pronunciamento Contábil poderá definir que, em cada empresa que tenha Recursos Financeiros disponíveis para aplicar no mercado financeiro, tenha **“uma Comissão”** responsável pela seleção, anualmente, de empresas regularmente registradas e emissoras de Títulos e, dentre estas empresas, quais os Títulos selecionados a serem registrados, em Investimentos, na opção DIREITOS DE

QUALQUER NATUREZA.

Em qualquer das duas sugestões, as suas atividades serão registradas em ATAS e constar das Notas Explicativas: Artigo 176, inciso IV da Lei nº 6.404 de 15.12.1976

2 - Registro dos Títulos Selecionados no Sistema Integrado de Gestão

A Direção Executiva de cada empresa, após a Seleção dos Títulos emitidos pelo mercado financeiro, por qualquer das duas sugestões, deve escolher, anualmente, entre os Títulos Selecionados, quais os Títulos que serão aplicados os Recursos Financeiros, da sua empresa, em: **Investimentos – Direitos de Qualquer Natureza**

Estes registros e aplicações têm comparações e funcionalidades com as empresas EFPC's - **(Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Administradores de Fundos de Pensão) -no seu Programa de Investimentos**, cujas aplicações dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela EFPC's ou seja, as suas Reservas Técnicas, são regidas por regras definidas por **Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN.**

Tomem, como exemplo, a Resolução no 3.456 de 01.06.2007, hoje substituída, mas a mais séria, refinada e competente de todas as Resoluções já emitidas.

Ver neste site www.periciajudicial.adm.br na opção ;

Fundo de Pensão /EFPC/ Funcionamento EFPC's :

- Funcionamento SIOEFPC.

- Exemplo Numérico.

Destacamos deste Sistema Integrado de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC,- telas e textos.

2.1 - Registro, anualmente, dos Títulos e Valores mobiliários selecionados pela Direção da Empresa, no Módulo de Investimentos.

2.2 - Registro de cada Contrato

3.6.2.1 - Nas Operações Financeiras – Empréstimos e Financiamentos.

– Adiantamentos de Recursos.

- Aumentos de Capital

São provisionadas e todos os seus registros contábeis têm origens em Contratos e ATAS.

Comentamos : As Provisões destas Operações Financeiras credenciam o Sistema Integrado de Gestão que GERA a Contabilidade Gerencial e registra, automaticamente, as TRAMAS CONTÁBEIS e, de início, identificando os DESTINOS destes RECURSOS FINANCEIROS. Nas Provisões de desembolsos de cada PROJETO, registram os DÉBITOS, item a item, de acordo com o DETALHAMENTO DO PROJETO.

Automaticamente, é registrada contabilmente, a urdidura de cada registro contábil de débito.

Esta Contabilidade Gerencial, na provisão de cada contrato, permite também registrar, contabilmente, n contratos de distintas aplicações, em uma ÚNICA CONTA BANCÁRIA.

Nas Prestações de Contas ou nos Acompanhamentos de cada do Projeto, os Saldos Bancários estão registrados, individualmente, por Contrato de Financiamento e por Adiantamentos de Recursos.

Importante: Nos Módulos do SICCT temos os MÓDULOS DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS que detalham estes procedimentos

Este Sistema Integrado de Gestão absorve todas as Tramas Contábeis e que podem ser: refinadas, acrescidas ou canceladas e substituídas por novas Tramas Contábeis.

3.6.3 - Na Implantação de Projetos

Fontes de Recursos – Capital Próprio

- Ações Ordinárias
- Ações Preferenciais

– Capital de Terceiros

- Empréstimos e Financiamentos
- Adiantamentos de Recursos

O detalhamento destas fontes de recursos para o Capital Próprio está **estruturado no item 4.1.3 do livro Manual de Implantações de Projetos – Autor Pedro Schubert – Editora LTC – Rio – 1989.**

Por ser dinâmica, poderá ter atualizações.

Para o Capital de Terceiros, os Módulos de Empréstimos e Financiamentos e de Adiantamentos de Recursos são os mesmos Módulos analisados no item 3.6.2 e registrado no Passivo Não Circulante.

Nestes Módulos têm a opção para registrar, - em cada Contrato de Empréstimos, Financiamentos e de Adiantamentos de Recursos, - por Projeto (por destinação dos recursos).

E também e em acréscimo, se o Projeto estiver organizado e os seus desembolsos estiverem **DETALHADOS**, conforme está organizado neste mesmo livro, **item 4.1.4 Estrutura Analítica**, nos registros contábeis à débito, de cada nota fiscal provisionada, **estas Contas de Débitos** detalharão cada

desembolso por itens, em obediência à estrutura contábil do Orçamento do Projeto, **conforme o item 4.1.4.2 – Desembolsos.**

Com esta estrutura e com esta organização, o Acompanhamento Orçamentário de cada Projeto, poderá ser identificado, por contrato de Financiamento e por contrato de Adiantamentos de Recursos, onde estes Recursos Financeiros estão aplicados, em cada etapa do Projeto.

Aqui gera um Relatório Gerencial fundamental: conhecer o destino de cada recurso financeiro recebido.

Nos Projetos Sociais, cada DOADOR fica sabendo, em que parte do Projeto a sua doação foi aplicada.

3.6.4 - Nas Operações de Investimentos – participações em outras sociedades – Coligadas e Controladas

A diversidade de TIPOS DE OPERAÇÕES, de Incorporações de Reservas, de compra e de venda de ações é considerável e, cada operação (contratos, ATAS) é provisionada. Assim, haverá uma diversidade de Pronunciamentos Contábeis e de Tramas Contábeis e, em cada uma delas, pode ser refinada, acrescida ou cancelada e substituídas por novas Tramas Contábeis.

3.6.5 - Nas Operações do Ativo Imobilizado onde temos as Aquisições e os procedimentos de Depreciação e, por fim, os procedimentos de Vendas e de Baixas de Equipamentos.

3.7 - Neste Sistema Integrado de Gestão tem o Sistema Integrado de Orçamento

Empresarial - SIOE – que é a Contabilidade Projetada e realiza, de modo contínuo, a SIMULAÇÃO e o ESTUDO DE ALTAS FINANÇAS, calculando e projetando :

- Todos os Relatórios Gerenciais

- O Risco Operacional

- O Risco Financeiro

- O Ponto de Equilíbrio

bem como o Estudo de Altas Finanças necessário à Direção da Empresa **nas**

Decisões de: - Investir

- Financiamentos

- Pagar Dividendos

Estas matérias nem são ensinadas nas Faculdades

3.8 - Com Base Em Vídeo da Internet Arquivado em Documentos:

Os Contadores especialistas em Contabilidade do Setor Público (que denomino de Contabilidade Governamental) têm como foco, a Contabilidade do Setor Público como prestadora de informações – RCPG's. (Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público). Nada há a opor. Presta serviços a Sociedade.

Os RCPG's têm como objetivos fornecer informações aos usuários para:

Tomada de Decisões – Refere-se ao acompanhamento orçamentário.

– Prestações de Contas; o Executivo presta contas ao Legislativo.

Em complemento: Com o Sistema Integrado de Gestão para o Setor Público cada

Entidade Presta Contas, contínua e automaticamente à SOCIEDADE .

O Campo de Aplicação da ESTRUTURA CONCEITUAL (do Setor Público) tem:

Uso Obrigatório - Orçamento Fiscal -Artigo 165,§ 5º, Incisos I e II -**Administração Direta**

e

Lei 4.320 de 17.03.1967

- Seguridade Social – Artigo 165, §5º, Inciso III

- Artigo 5º do **Decreto Lei 200 de 25.02.1967–§5, Inciso I -Administração Indireta.**

As Entidades a seguir,
vinculam-se aos Ministérios em
cuja área de competência
estiver enquadrada sua
principal atividade.

– **Autarquias** : Lei 4.320 de 17.03.1967

Executa atividades típicas da
Administração Pública

– **Fundações Públicas:** Lei 4320 de 17.03.1967

Custeadas por recursos
da União e de Outras Fontes

- **ESTATAIS (Empresas Controladas)**

- **Empresas Públicas** podem ser:

Capital exclusivo da União – Empresa Estatal
Independente ²

Lei 4.320 de 17.03.1967–

Empresa Estatal Dependente ¹

Lei 4.320 de 17.03.1967

e

Lei 6.404 de 15.12.1976

– **Sociedades de Economia Mista.** Empresa Estatal -
Independente ²

Sociedade Anônima :Lei 6.404

de 15 de Dezembro de 1976;

maioria dos votos pertencem União ou a

Entidade de Administração Indireta

Facultativas -

Orçamento de Investimentos: Empresas Estatais
Independentes ²

Plano Plurianual

Implantação de Projetos³

1 – Dependem da União e recebem recursos para cobrir:

- despesas com pessoal – Custeio
- recursos para aquisição de equipamentos
- despesas de capital, ressalvando o aumento de participação acionária

2 – Recebem recursos para: - aumento de capital

**3 – Ver o Livro Manual de Implantação de Projetos –
Autor Pedro Schubert–Editora LTC–Rio de
Janeiro – 1989**

Importante: Sistema S – Senai, Sesc, Sebrae e Outros-

não está incluído na Estrutura Conceitual

4 – CONTABILIDADE GERENCIAL

O livro **CONTABILIDADE GERENCIAL** analisa as 4 Teses, de Autores brasileiros, citadas em 3.1 e relacionadas ao ensino e à utilização da Contabilidade nos ambientes, nacional e internacional onde, Professores e Contadores avaliam que os produtos de **TI's – ERP's, Legados e Parceiros, BPM, BI**, contribuem para a geração da Contabilidade Gerencial.

Estes produtos de TI's não são Sistemas Integrados e as empresas, com estes produtos, só operam e sem saber, a Contabilidade Tradicional.

Jamais poderão gerar a Contabilidade Gerencial.

4.1 – Princípios Contábeis

Sobre os Princípios Contábeis, temos como referência, o livro – ANÁLISE FINANCEIRA DAS EMPRESAS – Autor José Pereira da Silva – Editora Atlas – São Paulo – 1988.

Ver no site: www.bmainformatica.com.br

Na opção Contabilidade Governamental o artigo: **Contabilidade Governamental – 2018 - onde este I. Autor analisa estes Princípios Contábeis**

O leitor também pode consultar:

Ver no site: www.periciajudicial.adm.br

Na opção Contabilidade Gerencial / Contabilidade Gerencial E Os Princípios Contábeis -

que encontrará matérias publicadas, aqui no Brasil, sobre a adoção dos Princípios Contábeis pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC –

e a sua substituição pelos Pronunciamentos Contábeis na Contabilidade de Setor Público, a partir de Janeiro de 2017.

Pronunciamentos Contábeis são orientações fundamentais e, em consequência, geram TRAMAS CONTÁBEIS lançadas no Livro Diário, em cada registro contábil, nas Contas de Débitos e, em contra partida, nas Contas de Créditos.

Esta Contabilidade Tradicional não oferece a oportunidade para a implantação automática e, de modo sistêmico, dos Princípios Contábeis.

Nesta Contabilidade Tradicional e especialmente, na Contabilidade do Setor Público (Contabilidade Governamental), dá-se muita ênfase aos Pronunciamentos Contábeis, em substituição aos Princípios Contábeis e, com isto, dificultando a implantação da Contabilidade Gerencial.

O Sistema Integrado de Gestão, pelos seus Conceito, Concepção Sistêmica, Princípios Contábeis, Método, gera a Contabilidade Gerencial e, de início e automaticamente, implanta o Princípio da Competência e, em decorrência, o Princípio da Entidade – DA ÉTICA e DA MORAL – pois os controles automáticos iniciam, a partir do Orçamento Anual Aprovado pela Direção da Empresa e no Setor Público (Contabilidade Governamental), na aprovação do orçamento conforme as Regras da Constituição.

É na implantação do Sistema Integrado de Gestão, tanto nas empresas privadas como no Setor Público que as regras são estabelecidas e os demais Princípios Contábeis são acolhidos

e, com destaque, as Tramas Contábeis (dos Pronunciamentos Contábeis) de cada lançamento contábil são urdidadas (elaboradas).

Este procedimento das TRAMAS CONTÁBEIS, regulado pelo Método das Partidas Dobradas, ocorre na implantação e depois, continuamente, pelo uso do Sistema Integrado de Gestão.

5 – DO LIVRO CONTABILIDADE GERENCIAL

Acostamos duas folhas :

1 – Capa do Livro

2 – Universo da Contabilidade Gerencial

1- CAPA DO LIVRO

PEDRO SCHUBERT

Administrador; Autor; Professor da FGV-Rio – Curso de Mestrado; Perito Judicial TJ-RJ e Varas Federais; Contador.

Membro da Comissão Especial de Perícia, Arbitragem e Administração Judicial – CEPAJ – do Conselho Federal de Administração – CFA.

Autor do livro ORÇAMENTO EMPRESARIAL INTEGRADO – EMENTA no Ministério da Educação para as Faculdades de Administração, Economia e Contabilidade.

CONTABILIDADE GERENCIAL

SÓ EXISTIRÁ

Quando a Contabilidade for entendida como SISTEMA e for implantado nas Empresas, **o Sistema Integrado de Gestão composto de:**

- Sistema Integrado de Orçamento Empresarial – SIOE.**
- Sistema Integrado de Contabilidade, Custo e Tesouraria – SICCT.**
- Sistema Integrado de Custo – SIC**

2 - UNIVERSO DA CONTABILIDADE GERENCIAL
O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO
PELOS SEUS
CONCEITO; CONCEPÇÃO SISTÊMICA, PRINCÍPIOS CONTÁBEIS ¹, MÉTODO
PODE SER IMPLANTADO

Nas Empresas Privadas:

- Sob a regência da Lei nº 6404 de 15.12.1976— Lei das Sociedades por Ações

Na Administração Pública Indireta

Sob a regência do Decreto – Lei nº 200 de 25.02.1967 pelo seu Artigo 5º:

- Autarquias – Item I.
- Empresas Públicas – Item II.
- Sociedade de Economia Mista – Item III.
- Fundações – Item IV

Na União, Estados, D.F. e Municípios:

- Sob a regência da Lei nº 4.320 de 17.03.1964, bem como:

- **Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000**
- **Lei Complementar nº 131 de 27.05.2009.**

Pelo Artigo 48, § 1º - Inciso III:

Adoção de Sistema Integrado de Administração e

Controle - SIAFIC – e pelo Artigo 50 § 3º.

Administração Pública manterá Sistema de Custos que permita a avaliação e o acompanhamento da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

- **Lei nº 10.180 de 06.02.2001.**

- Lei Complementar nº 156 de 28.12.2016.

- Decreto nº 6.976 de 09.10.2009.

- Decreto nº 10.540 de 05.11.2020.

(Revoga o Decreto nº 7.185 de 27.05.2010).

Artigo 1º

A transparência da Gestão Fiscal de todos os entes federativos em relação à **adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC** – será assegurada pela observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido e do disposto no Artigo 48-A da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000. Sem prejuízo de disposições previstas em Leis ou em Atos Normativos aplicáveis.

Do livro Orçamento Empresarial Integrado – fls. 6 a 9 - 1ª Edição – LTC Rio – 1985

1 - O Decreto Lei 9.295 de 27.05.1946 que criou o Conselho Federal de Contabilidade – CFC – foi enriquecido, com a alínea F no seu Artigo 6º pela Lei 12.249 de 11.06.2010 – regular acerca dos Princípios Contábeis. Agora o CFC tem respaldo para exigir o Princípio da Competência na aplicação do Artigo 35 da Lei 4.320

6 – PROFESSORES E CONTADORES

Nacional e mundialmente os Contadores são cativos da TI – ERP’s, Legados e Parceiros, BPM, BI – especialmente pelo produto SAP R/3 que é um conjunto de aplicativos interligados (nunca integrados) e gerando a Contabilidade Tradicional.

6.1 - Consultem no site www.periciajudicial.adm.br na opção

CONTABILIDADE GERENCIAL na TRILHA: TESES - DISSERTAÇÕES – e consultar as 4 -
TESES – DISSERTAÇÕES.

Abordam o ensino da Contabilidade e mostram que as empresas, ao redor do mundo, utilizam a TI – ERP’s, Legados e Parceiros, BPM, BI e os Contadores entendem que, com esta TI, gera a CONTABILIDADE GERENCIAL. **Não Gera.**

6.2 - Destaco destas 4 Teses a TESE DE DOUTORADO – USP – 2010 – Cláudio de Souza

Miranda:

Do Item I – INTRODUÇÃO :fl 18.

“Estudos sobre a educação contábil tem recebido considerável atenção internacional nos últimos anos... indicam a necessidade de mudanças no ensino de contabilidade”.

“... acreditam que a educação contábil está desatualizada, principalmente devido a seus professores, motivo pelo qual há necessidade iminente de mudanças significativas”.

“... exemplos de trabalhos internacionais que demonstram esta necessidade de se repensar o ensino da área contábil... que indica a necessidade de novas competências aos profissionais da contabilidade, principalmente ligadas às habilidades de área de TECNOLOGIA...”.

Do item 2.1 – Ensino da Contabilidade – fl. 29

Do item 2.1.2 – O Ensino de Contabilidade no Brasil – fl. 31

“... no Brasil oficialmente só a partir da década de 40 do Século XX nas aulas de comércio...”

Do item 2.2 – Contabilidade Gerencial – fl. 42

“... é o ramo de contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores...” (sic nosso).

Do item 2.2.2 – Estudos de relação entre a Contabilidade Gerencial e os Sistemas de Informações –fl. 49

“Recentemente há publicações de trabalhos que demonstram os impactos gerados nas atividades da contabilidade gerencial nas organizações, devido à implantação de sistemas ERP (*Enterprise Resource Planning*) (sic nosso), em grandes empresas finlandesas, irlandesas, gregas e de outros países”

Comentamos :

A Contabilidade foi regulada pelo Decreto Lei 9.295 de 27.05.1946 que, no artigo 6º,- nas alíneas a até e- define as regras a serem obedecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e seus Conselhos Regionais.

Só em 11.06.2010, pelo artigo 76 da Lei 12.249 (conversão da M. Provisória no 472 de 2009) foi criada- a alínea f- referente à Princípios Contábeis – Regular Acerca dos Princípios Contábeis.

E na fl. 50 destaque:

“O trabalho de Riccio (2001) foi efetuado a partir de entrevistas com os responsáveis pela área de contabilidade, em suas empresas industriais, com base na cidade de São Paulo... todas utilizavam o sistema R/3 da SAP.

Entre as mudanças, na contabilidade, encontradas pelo Autor tem-se:

- a – a implantação provocou um conjunto de mudanças que alteraram a maneira de operação da contabilidade.
- b – as mudanças ocorridas foram consideradas pelos Contadores como benéficas para a operação da contabilidade dessas empresas, refletindo diretamente na redução do tempo de fechamento, no melhor atendimento aos usuários e na sua qualidade de informação.
- c – a descentralização da contabilidade... pelo funcionamento do R/3... pela informação de que o conhecimento contábil foi levada à vários setores, bem como a responsabilidade pela execução dos registros pelas diversas áreas da empresa.
- d - ...aumento do poder da área contábil é positiva na maioria dos casos.
- e – melhoria da imagem da contabilidade...”

Comentamos: Todos estes registros são reais. Entretanto, em termos de Conceito, Concepção Sistêmica, Princípios Contábeis, nada mudou. Continuam coma Contabilidade Tradicional.

E na fl. 166 destaque:

f - Enterprise Resource Planning (ERP) Sistemas de Informações Gerenciais.

Comentamos: É a origem de tudo o que temos hoje – ERP, Legados e Parceiros, BPM, BI. Este ERP, na sua origem, foi para planejar a Área de Compras, com base no/na:

- No Orçamento de Vendas – Quantidade, mês a mês.
- Consumo de matérias primas, produtos químicos, embalagens, rótulos, mês a mês.
- Posição mensal do estoque e balanceando, apura a quantidade de cada item do estoque a ser comprado, mês a mês.

Isto eu fiz manualmente, em 1968, na Chefia de Compras de grande empresa americana, intuído e pela experiência em produção e pela formação em Administração.

À esta ERP, em Parceiros foram agregados aplicativos de Contas a Receber e Outros que se interligaram e, até hoje, NUNCA INTEGRADOS e temos o SAP R/3.

E, em consequência, para elaborar os relatórios BPM, BI, violam os arquivos e retiram números da contabilidade para planilhas eletrônicas e geram BPM, BI e temos hoje a TI – ERP's, Legados e Parceiros, BPM, BI, ou seja, a mesma Contabilidade Tradicional de antes de 1972 no mundo e, a partir de 1995, aqui no Brasil.

Esta TESE de Doutorado – USP – 2010 – destaca trabalhos realizados em diversos países mostrando as vantagens da utilização de Sistemas ERP.

CONCLUSÃO: Nos ambientes, nacional e mundial, os Contadores e Professores são escravos desta TI e assim, só temos a CONTABILIDADE TRADICIONAL.

**7 - DESTACO, AGORA, DA TESE: – LIVRE DOCÊNCIA – USP – 2001 – EFEITO DA TI NA CONTABILIDADE –IMPLANTAÇÃO DE SISTEMASINTEGRADOS – ERP.
Edson Luiz RICCIO.**

Ver neste site www.pericialjudicial.adm.br na TRILHA:

Contabilidade Gerencial / TESES – DISSERTAÇÕES

Do seu item 3 – Tecnologia da Informação – Sistemas Empresariais Integrados e A Contabilidade – fls. 29 a 87

3.1 – Origem dos Sistemas de Informação Empresariais – fls. 30 a 52.

Ver a Tabela I.

3.2 – ERP - Enterprise Resource Planning – fls. 52 a 71.

3.3 – Sistema de Informações Contábeis na ERP – SAP/3 – fls. 71 a 87.

7.1 – Trata-se de Levantamento Histórico da Origem e da Evolução do Sistema Empresarial, ERP- dito INTEGRAL. Recomendo a leitura desta TESE.

Começou, manualmente, com o planejamento quantitativo das matérias primas, embalagens e outros itens necessários à produção – o ERP.

Como já dito, fiz isto em 1968, como Chefe de Compras, para o planejamento mensal de compras na quantificação das matérias primas e demais itens de consumo da produção, mês a mês.

Teve impulso no mundo, à partir de 1972 e, no Brasil, em 1995, com o SAP – ERP, Legados e Parceiros e evoluindo para o SAP R/3, no que originou o ERP, Legados e Parceiros, agregando (interligando) aplicativos de Estoque, Compras, Contas à Receber, Contas à Pagar, Imobilizado e outros, bem como interligando com a Contabilidade Geral. **São INTERLIGADOS, NUNCA INTEGRADOS.**

A apuração de custo nem é interligada. É elaborada, manualmente em separado, no início do mês seguinte. Ver, neste artigo, o item 3.4 .

E o resultado de tudo isto está no site : www.bmainformatica.com.br, na opção –

Material de Consulta : MATERIAL JB de 28.10.2007.

Todos reclamam desta TI – ERP's, Legados e Parceiros.

É oneroso e não registra, contabilmente, os negócios da Empresa

Assim, toda a exposição nesta TESE – LIVRE DOCÊNCIA – USP – 2001 – exaltando as maravilhas desta ERP R/3, após suas implantações, não corresponderam.

Discordamos totalmente do I. Autor. Não são “Sistemas Empresariais Integrados, especialmente em relação à Contabilidade Gerencial.

A sua implantação, por não ser Sistema Integrado, é trabalhosa e onerosa pois, cada aplicativo depende de customizações (adaptações) e jamais alcançará a Contabilidade Gerencial.

Temos, com este ERP R/3, sempre a Contabilidade Tradicional.

Por sua concepção, os Princípios Contábeis ficam sem vez.

8 - E PARA FINALIZAR: O Estado (União, Estados, D.F. e Municípios) é uma Entidade Jurídica de Direito Público Que Administra As Riquezas da Nação Para Os Seus Cidadãos

8.1 – A Contabilidade de Setor Público como prestadora de informações à Sociedade deve ser Regida pelo Sistema Integrado de Gestão que implanta a Contabilidade Gerencial que leva à TRANSPARÊNCIA da Gestão Fiscal e atende a Lei Complementar nº 131 de 27.05.2009, pelo seu Artigo 48, §1º, Inciso III e pelo Artigo 50, § 3º, bem como pelo Decreto nº 10.540 de

05.11.2020 **pela ADOÇÃO do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.**

Ou seja : De modo contínuo e TRANSPARENTE, a Contabilidade do Setor Público presta informações à Sociedade

9 – ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

9.1 – O Conselho Federal de Contabilidade – CFC – adotou os Pronunciamentos Contábeis

Editando a Resolução nº 1.055 de 7.12.2005 sendo :

- Nas Empresas Privadas – a IFRS
- No Setor Público - a IFAC

Para as Empresas Privadas temos uma evolução importante que ocorreu em 2012 ;

A ISAB que emite a IFRS e a FASB que emite FAS oficializaram a intenção de convergir para o tratamento contábil comum

Estes Pronunciamentos Contábeis estão no ambiente da Contabilidade Tradicional que é dominada pela TI – ERP, Legado e Parceiros.

Neste ambiente, cada registro contábil EXIGE um Pronunciamento Contábil específico.

São centenas, podendo ser milhares.

9.2 - No Sistema Integrado de Gestão que GERA a Contabilidade Gerencial, pela sua Concepção sistêmica, é regido pelo PRINCÍPIO da COMPETÊNCIA e, aliados aos demais atributos do Sistema Integrado de Gestão, na sua implantação, gera e vincula as TRAMAS CONTÁBEIS inerentes à cada Documento Contábil.

Esta TRAMAS CONTÁBEIS são definidas pela empresa e inseridas no Sistema Integrado de Gestão e podem ser ajustadas a qualquer tempo.

O Evento de cada Provisão, como detalhado no item 3.6 deste material, encadeia todos os Procedimentos Contábeis.

9.2.1 - Um exemplo convincente da capacidade de gerar essas Tramas Contábeis é o

demonstrado no Sistema Integrado de Gestão para Fundos de Pensão.

A EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar) que administra os Fundos pode administrar n Fundos de Pensão com n Planos cada e, em cada Plano com Patrocinador e n Participantes e n Assistidos (Aposentadorias e Pensões), mensalmente registra no Programa Previdencial os recebimentos de cada Plano e neste, registra contabilmente, a contribuição da Patrocinadora e, extra-contabilmente, distribuí por n Participantes, bem como as contribuições dos n Participantes e dos n Assistidos.

O Sistema Integrado de Gestão gera, automaticamente, todas as Tramas Contábeis no Programa Previdencial.

O Programa de Investimentos recebe do Programa Previdencial os recursos de cada Plano com os seus detalhamentos e investe, - DE MODO UNIFUNDO - no Título escolhido que foi previamente registrado em cada Plano, - as Reservas Técnicas de todos os Planos que estão disponíveis na conta bancária de cada Plano, no momento de cada Aplicação.

Anualmente a Direção da EFPC analisa com a Direção de cada Plano, **a Política de Investimentos do ano seguinte.**

O Programa de Investimentos só disponibiliza para cada aplicação os Títulos constantes da Política de Investimento aprovados anualmente para cada Plano que definiu que aplicariam no Título escolhido.

O Sistema Integrado de Gestão, em cada aplicação GERA, automaticamente, todas as Tramas Contábeis por Plano.

Nas Desaplicações o Sistema Integrado de Gestão que gera automaticamente as TRAMAS CONTÁBEIS e credita os rendimentos por Plano e neste, por **n** Participantes e **n** Assistidos

Ver neste site na opção: Fundos de Pensão / EFPC

O Sistema Integrado de Gestão disponibiliza, continuamente, por Plano, por Participante e por Assistido, o montante de sua Reserva Técnica